



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2025

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS



M2035001N

ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA

NOME _____

INSCRIÇÃO _____

Após a autorização do fiscal, transcreva, no local indicado na Folha de Respostas, a seguinte frase:
A participação eleitoral é um dever cívico que contribui para o futuro do país.

Nível

SUPERIOR

Turno

MANHÃ

PROVA

02

Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher o
Número da Prova!



**instituto
aacp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo(a) candidato(a)

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas e uma questão discursiva**, você receberá do fiscal de sala as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo/área/especialidade corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva incorrerá na eliminação do(a) candidato(a).

Sobre o material a ser devolvido pelo(a) candidato(a)

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 05 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o(a) candidato(a) estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O(A) candidato(a) poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão retirar-se da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação dos Cadernos de Questões e dos Gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP** no endereço eletrônico **www.institutoaacp.org.br**, conforme previsto em Edital.

Conhecimentos Gerais

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 4.

Texto 1

SEU CELULAR ESTÁ SEMPRE TOCANDO (OU ASSIM VOCÊ ESPERA)

Por Zygmunt Bauman

“Uma mensagem brilha na tela em busca de outra. Seus dedos estão sempre ocupados: você pressiona as teclas, digitando novos números para responder às chamadas ou compondo suas próprias mensagens. Você permanece conectado – mesmo estando em constante movimento e ainda que os remetentes ou destinatários invisíveis das mensagens recebidas e enviadas também estejam em movimento, cada qual seguindo suas próprias trajetórias. [...]

Uma chamada não foi respondida? Uma mensagem não foi retornada? Também não há motivo para preocupação. Existem muitos outros números de telefones na lista, e aparentemente não há limite para o volume de mensagens que você pode, com a ajuda de algumas teclas diminutas, comprimir naquele pequeno objeto que se encaixa tão bem em sua mão. Pense nisto (quer dizer, se houver tempo para pensar): é absolutamente improvável chegar ao fim de seu catálogo portátil ou digitar todas as mensagens possíveis. Há sempre mais conexões para serem usadas – e assim não tem tanta importância quantas delas se tenham mostrado frágeis e passíveis de ruptura. O ritmo e a velocidade do uso e do desgaste tampouco importam. Cada conexão pode ter vida curta, mas seu excesso é indestrutível. Em meio à eternidade dessa rede imperecível, você pode se sentir seguro diante da fragilidade irreparável de cada conexão singular e transitória”.

Disponível em: <https://farofafilosofica.blog/2025/02/17/seu-celular-esta-sempre-tocando-ou-assim-voce-espera-texto-de-zygmunt-bauman/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

1

Quanto ao uso do acento indicativo de crase em “[...] você pressiona as teclas, digitando novos números para responder às chamadas [...]”, assinale a alternativa correta.

- (A) Ele é obrigatório devido à regência do substantivo feminino “chamadas”.
- (B) Ele é obrigatório na modalidade coloquial do português brasileiro.
- (C) Ele indica a junção entre a preposição “para” e o artigo feminino “a”.
- (D) Ele é obrigatório porque “responder” está sendo empregado com o sentido de “responsabilizar-se”, como em “Responder por um menor”.
- (E) Ele pode ser omitido sem que isso comprometa o sentido original do excerto.

2

Em relação ao emprego do “se” e do “que” no Texto 1, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] comprimir naquele pequeno objeto que se encaixa tão bem em sua mão.”, o “se” indica que o sujeito é indeterminado.
- (B) Em “Pense nisto (quer dizer, se houver tempo para pensar) [...]”, o “se” indica que a oração está na voz passiva.
- (C) Em “[...] você pode se sentir seguro diante da fragilidade irreparável de cada conexão singular e transitória.”, o “se” sinaliza que a oração por ele iniciada expressa uma condição.
- (D) Em “[...] e ainda que os remetentes ou destinatários invisíveis das mensagens [...]”, o “que” integra uma expressão que veicula um valor de concessividade.
- (E) Em “[...] não há limite para o volume de mensagens que você pode, com a ajuda de algumas teclas diminutas, [...]”, o “que” introduz uma oração adjetiva explicativa.

3

Assinale a alternativa que analisa corretamente o título do Texto 1.

- (A) O verbo “espera” é, neste contexto, sinônimo de “tem esperança”.
- (B) “Está tocando” é uma locução verbal em que “está” é o verbo principal e “tocando” é o verbo auxiliar.
- (C) O termo “ou” poderia ser substituído por “e” sem que isso modificasse sintática ou semanticamente o excerto.
- (D) Tanto “sempre” quanto “assim” são advérbios de modo que caracterizam a realização de uma ação.
- (E) O termo “seu” é um pronome de primeira pessoa empregado na coesão do texto para se referir a uma palavra mencionada posteriormente.

4

A partir da leitura do primeiro parágrafo do Texto 1, é correto afirmar que

- (A) o parágrafo está redigido no tipo textual argumentativo.
- (B) o uso do pronome de tratamento formal “você” indica que o autor busca criar um afastamento entre ele e o leitor.
- (C) é construído um aparente contraste entre estar conectado e estar em movimento.
- (D) a utilização dos verbos flexionados no tempo presente sinaliza que o texto pertence ao gênero “artigo científico”.
- (E) o parágrafo introduz o texto utilizando a estratégia discursiva da citação indireta.

Leia o texto a seguir para responder às questões 5 e 6.

Texto 2



Disponível em:
<https://cartum.folha.uol.com.br/quadrinhos/2024/12/04/bicudinhocaco-galhardo.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2025.

5

Sobre a expressão “Quer saber?”, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de uma locução verbal, com o verbo auxiliar “quer” expressando o sentido de necessidade.
- (B) É utilizada com a finalidade de convocar o leitor do texto a interagir com o autor.
- (C) Trata-se de uma expressão informal, adequada aos propósitos do texto.
- (D) Contém a figura de linguagem “hipérbato”, que consiste na inversão de termos na frase.
- (E) Veicula um sentido literal, ao questionar o interlocutor sobre o que ele deseja saber a respeito do assunto.

6

A partir da leitura do Texto 2, é correto afirmar que

- (A) ele apresenta uma personagem que faz um uso saudável do celular.
- (B) ele faz uma crítica ao modo equivocado como as pessoas estão cuidando da sua saúde mental.
- (C) por meio de uma personagem que cumpre aquilo a que se propõe, o texto critica as pessoas que atribuem seus problemas à falta de saúde mental.
- (D) ele pertence ao gênero “história em quadrinhos” (HQ), voltado ao público infantojuvenil, geralmente interessado pelo tema abordado no texto.
- (E) no texto, a linguagem verbal se sobrepõe em importância à linguagem não verbal, sendo este um recurso que ilustra o que está posto nos balões de fala.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 7 a 18.

Texto 3

Agricultoras de comunidades tradicionais se unem em defesa do Cerrado

Projetos ajudam a conservar o bioma e a empoderar mulheres

“O capim-dourado mudou as nossas vidas. É o capim-dourado que coloca pão na mesa, **que** gera renda para comprar comida, roupa, calçado. Ainda hoje é a principal fonte de renda da comunidade e muda a vida das artesãs, dando qualidade de vida melhor”, conta Railane de Brito da Silva, 27 anos, presidente da Associação da Comunidade Quilombola Mumbuca, na região de Mateiros, no Jalapão (região leste do estado do Tocantins).

O capim-dourado (*Syngonanthus nitens*), na verdade, não é um capim, já que não pertence à família das gramíneas. Trata-se da haste de uma pequena flor branca da família das sempre-vivas (família *Eriocaulaceae*). O capim-dourado é matéria-prima para a confecção de bolsas, bijuterias e objetos de decoração **que** geram renda para centenas de artesãs.

“Ele nasceu aqui na comunidade de Mumbuca. Há 180 anos, dona Laurinda, mais conhecida como dona Miúda, descobriu o capim-dourado. Ela foi a precursora do capim-dourado no mundo”, conta orgulhosa Railane, que segue à frente da associação, vencendo desafios diários para que as artesãs da região tenham visibilidade. “Tenho orgulho do meu trabalho, que não é fácil, mas tenho força porque já nasci empoderada.”

Na associação, ela faz de tudo: está envolvida nas atividades sociais, financeiras, vendas e projetos **que** ajudam a divulgar o artesanato local, além de dar aulas em uma escola estadual, inclusive de cultura quilombola.

“A associação é o coração da comunidade Mumbuca”, conta orgulhosa Railane. “Na associação, é desenvolvido artesanato de capim-dourado. Temos a loja de Capim- Dourado, onde há 200 artesãs e associados **que** costuram todo dia e vendem lá. A loja organiza a venda das peças e 90% vai para o artesão, 5% fica com o vendedor e 5% vai para o caixa da associação”.

“Na comunidade Quilombola Mumbuca, tudo gira em torno da associação, é como se fosse a prefeitura da comunidade. Ainda temos o escritório, a Casa da Cultura, o Barracão de Eventos. A associação é um trabalho social, porque tudo que vem de cesta básica e de doação passa pela associação que distribui para comunidade”.

Filha de pais agricultores, Railane tem muito orgulho de suas origens. “Nós quilombolas somos as comunidades que guardam mais do que tudo. Então, desde o passado, a gente sabe conservar a natureza da forma que era. A nossa comunidade é bem preservada. A gente ensina a não jogar lixo nos córregos e na beira dos rios, porque, além do capim-dourado, aqui tem muitos atrativos; tem córrego, cachoeira, rios, praias, então é muito interessante”. [...]

Bioma

O Cerrado é um dos cinco grandes biomas do Brasil e ocupa cerca de 25% do território nacional, com área aproximada de 1,9 milhão de quilômetros quadrados (km²). Trata-se do segundo maior bioma nacional, atrás apenas da Amazônia. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, é uma das regiões com maior biodiversidade do mundo. Estima-se que tenha mais de 6 mil espécies de árvores e 800 espécies de aves.

Apesar da importância, dados mostram que o Cerrado vem sendo devastado. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no acumulado de janeiro a abril de 2023, o desmatamento aumentou no Cerrado e caiu na Amazônia Legal, na comparação com o mesmo período do ano passado.

Agricultura familiar

“O trabalho que fazemos na Rede Cerrado visa a proteção dos biomas, fauna e flora e dos povos e populações tradicionais”, conta Maria de Lourdes de Souza Nascimento, 59 anos. “Nosso trabalho é focado na agroecologia, garantindo o bem-estar das mulheres e homens do campo”.

Não me deixo abater. Defendo as mulheres, a agricultura familiar e o meio ambiente. Não tenho dúvidas de que, sem esses três elementos, não existiria vida no planeta”, completa Maria de Lourdes.

Por isso, ela entende que ajudar a conservar o Cerrado é tão importante. “O Cerrado é nossa caixa d’água e não é à toa que [...] preservá-lo é continuar a viver”.

Para Maria de Lourdes, as ações vêm para mudar as adversidades ambientais. “Somos poucos e poucas nessa luta, mas estamos fazendo a diferença no planeta, nas mudanças climáticas. Somos como o beija-flor do incêndio: estamos fazendo nossa parte!”, disse ela, referindo-se à fábula do beija-flor **que**, diante de um grande incêndio na floresta, colabora levando gotas de água em seu pequeno bico na tentativa de combater as chamas. [...]

Adaptado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/agricultoras-de-comunidades-tradicionais-se-unem-em-defesa-do-cerrado>.

7

Assinale a alternativa correta em relação aos processos de formação de palavras.

- (A) O verbo “empoderar” (subtítulo do texto) formou-se pela adição não simultânea do prefixo “em” e do sufixo “ar” à base “poder” e carrega um significado de fortalecimento, especialmente no contexto social e político.
- (B) Em “O capim-dourado é matéria-prima [...]”, os termos destacados formaram-se pela junção de dois elementos, sem perda fonética: composição por aglutinação.
- (C) No trecho “[...] confecção de bolsas, bijuterias e objetos de decoração [...]”, o termo destacado formou-se por derivação sufixal, pois a base “decorar” sofreu a supressão do “r” e o acréscimo de “ção”, formador de substantivos.
- (D) Em “[...] o desmatamento aumentou no Cerrado [...]”, o termo destacado formou-se pela adição simultânea do prefixo “des” e do sufixo “mento” à base “matar”. Esse termo refere-se a um dos problemas ambientais mais graves, não só no Cerrado, mas em todo o país.
- (E) No trecho “Nosso trabalho é focado na agroecologia [...]”, o termo destacado refere-se a um campo de conhecimento que integra princípios ecológicos à agricultura e formou-se pelo acréscimo de “agro” à base “ecologia”: derivação prefixal.

8

Assinale a alternativa cujo sentido – apresentado entre parênteses – esteja correto em relação à expressão destacada.

- (A) “[...] na verdade, não é um capim, já que não pertence à família das gramíneas.” (Consequência).
- (B) “[...] vencendo desafios diários para que as artesãs da região tenham visibilidade.” (Causa).
- (C) “Tenho orgulho do meu trabalho, que não é fácil, mas tenho força porque já nasci empoderada.” (Conclusão).
- (D) “Então, desde o passado, a gente sabe conservar a natureza da forma que era.” (Adição).
- (E) “Apesar da importância, dados mostram que o Cerrado vem sendo devastado.” (Concessão).

9

Assinale a alternativa em que o trecho apresentado NÃO contenha algum elemento sendo usado em sentido conotativo.

- (A) “É o capim-dourado que coloca pão na mesa, [...]”.
- (B) “A associação é o coração da comunidade Mumbuca”.
- (C) “O Cerrado é um dos cinco grandes biomas do Brasil [...]”.
- (D) “O Cerrado é nossa caixa d’água [...]”.
- (E) “Somos como o beija-flor do incêndio: estamos fazendo nossa parte!”.

10

Dentre as expressões destacadas nas alternativas, a que exerce a mesma função sintática do segmento sublinhado em “Ainda hoje é a principal fonte de renda da comunidade [...]” é

- (A) “Agricultoras de comunidades tradicionais se unem em defesa do Cerrado”.
- (B) “Agricultoras de comunidades tradicionais se unem em defesa do Cerrado”.
- (C) “[...] presidente da Associação da Comunidade Quilombola Mumbuca, na região de Mateiros [...]”.
- (D) “Trata-se da haste de uma pequena flor branca [...]”.
- (E) “[...] mas tenho força porque já nasci empoderada.”.

11

Quanto à regência dos verbos destacados, assinale a alternativa na qual se nota desacordo com a norma-padrão.

- (A) “O trabalho que fazemos na Rede Cerrado visa a proteção dos biomas [...]”.
- (B) “O trabalho que fazemos na Rede Cerrado visa a proteção dos biomas [...]”.
- (C) “Não me deixo abater. Defendo as mulheres, a agricultura familiar e o meio ambiente.”.
- (D) “Não me deixo abater. Defendo as mulheres, a agricultura familiar e o meio ambiente.”.
- (E) “[...] preservá-lo é continuar a viver.”.

12

Assinale a alternativa em que a palavra “se” destacada esteja funcionando como índice de indeterminação do sujeito.

- (A) “Agricultoras de comunidades tradicionais se unem em defesa do Cerrado”.
- (B) “[...] tudo gira em torno da associação, é como se fosse a prefeitura da comunidade.”
- (C) “Trata-se do segundo maior bioma nacional [...]”.
- (D) “Estima-se que tenha mais de 6 mil espécies de árvores e 800 espécies de aves.”
- (E) “[...] disse ela, referindo-se à fábula do beija-flor [...]”.

13

Considerando a análise de determinados elementos linguísticos presentes no Texto 3, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Em “[...] segue à frente da associação [...]”, o acento indicativo de crase foi empregado devido à junção do “a” preposição, que rege o verbo “seguir”, com o “a” artigo definido, o qual acompanha o substantivo feminino “frente”.
- () Em “Temos a loja de Capim Dourado, onde há 200 artesãs e associados [...]”, o pronome destacado poderia ser substituído, sem prejuízo gramatical, por “em que”.
- () Em “[...] há 200 artesãs e associados [...]”, o verbo “haver”, no singular, poderia ser substituído por “existir”, na forma pluralizada: “existem 200 artesãs e associados”, sem prejuízo de sentido e/ou de teor gramatical.
- () No trecho “[...] 90% vai para o artesão, [...]”, o verbo “ir” poderia ser usado – de acordo com a norma-padrão – na forma plural, caso houvesse um determinante, também pluralizado, junto à porcentagem: “90% dos rendimentos vão”.
- () Na frase “Não me deixo abater.”, o pronome destacado poderia ser empregado após o verbo “deixar” (“Não deixo-me abater”), ajustado à norma-padrão, apenas com mudança no nível de formalidade da sentença.

- (A) F – F – V – V – F.
- (B) V – V – F – F – V.
- (C) V – F – V – F – V.
- (D) F – F – F – V – V.
- (E) F – V – V – V – F.

14

Assinale a alternativa cujo verbo destacado esteja empregado no mesmo modo verbal em que se encontra o sublinhado em:

“[...] tudo gira em torno da associação, é como se fosse a prefeitura da comunidade.”

- (A) “O capim-dourado mudou as nossas vidas.”.
- (B) “Ela foi a precursora do capim-dourado no mundo”.
- (C) “[...] tudo gira em torno da associação [...]”.
- (D) “Estima-se que tenha mais de 6 mil espécies de árvores e 800 espécies de aves.”
- (E) “[...] sem esses três elementos, não existiria vida no planeta.”.

15

Considerando o uso adequado da vírgula, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. No trecho “[...] gera renda para comprar comida, roupa, calçado.”, as vírgulas foram empregadas para isolar elementos de mesma função sintática.
- II. Em “[...] conta Railane de Brito da Silva [...], presidente da Associação da Comunidade Quilombola Mumbuca, na região de Mateiros [...]”, as vírgulas foram empregadas para isolar um segmento com função explicativa.
- III. Em “Há 180 anos, dona Laurinda, mais conhecida como dona Miúda, descobriu o capim-dourado.”, as três vírgulas utilizadas foram empregadas pela mesma razão.
- IV. Em “A loja organiza a venda das peças e 90% vai para o artesão [...]”, poderia haver, sem prejuízo gramatical, uma vírgula antes da conjunção “e”.
- V. No trecho “Na comunidade Quilombola Mumbuca, tudo gira em torno da associação [...]”, é facultativo o uso da vírgula empregada.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e V.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas III, IV e V.

16

No Texto 3, os pronomes destacados referem-se, respectivamente, a

- (A) o capim-dourado; confecção de bolsas; vendas e projetos; 200 artesãs e associados; fábula do beija-flor.
- (B) pão na mesa; bolsas, bijuterias e objetos de decoração; as atividades sociais, financeiras, vendas e projetos; associados; beija-flor.
- (C) capim-dourado; objetos de decoração; atividades sociais, financeiras, vendas e projetos; associados; o beija-flor.
- (D) pão na mesa; objetos de decoração; projetos; 200 artesãs e associados; fábula do beija-flor.
- (E) o capim-dourado; bolsas, bijuterias e objetos de decoração; as atividades sociais, financeiras, vendas e projetos; 200 artesãs e associados; o beija-flor.

17

Analise o seguinte período:

“Filha de pais agricultores, Railane tem muito orgulho de suas origens. ‘Nós quilombolas somos as comunidades que guardam mais do que tudo. Então, desde o passado, a gente sabe conservar a natureza da forma que era.’”

A conjunção destacada poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por todas as seguintes expressões, EXCETO

- (A) portanto.
- (B) destarte.
- (C) outrossim.
- (D) assim sendo.
- (E) dessa forma.

18

Considerando a leitura e a compreensão do Texto 3, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O capim-dourado é apresentado como um elemento central na vida da comunidade Mumbuca.
- (B) A principal contribuição do capim-dourado para a comunidade Mumbuca é a produção de alimentos para subsistência.
- (C) A importância do Cerrado é destacada, uma vez que este corresponde a uma das regiões com maior biodiversidade do mundo.
- (D) Entre as atividades desenvolvidas pela associação da comunidade Mumbuca está a organização da produção e da venda do artesanato de capim-dourado.
- (E) As comunidades tradicionais mantêm uma relação harmoniosa com o meio ambiente, na medida em que promovem práticas as quais ajudam a preservar o Cerrado.

19

Analise o seguinte período:

“Se ages contra a justiça e eu te deixo agir, então a injustiça é minha.” (Mahatma Gandhi)

A oração sublinhada, ao ser analisada juntamente ao trecho “e eu te deixo agir”, expressa ideia de

- (A) causa, uma vez que indica o motivo de se agir contra a justiça.
- (B) condição, pois hipotetiza a possibilidade de a injustiça passar a ser de responsabilidade também do indivíduo que fala: “então a injustiça é minha”.
- (C) consequência, visto que expressa o efeito de se agir de modo injusto.
- (D) justificativa, na medida em que indica a razão de se deixar agir dessa forma, o que gera, por sua vez, a sensação de injustiça.
- (E) tempo, por expressar o momento em que se age de maneira contrária aos preceitos da justiça.

20

Analise a seguinte manchete:

“TRE-TO fomenta a equidade de gênero na Justiça Eleitoral por meio de programa” (TRE-TO)

Considerando aspectos linguísticos presentes em tal segmento, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O verbo “fomentar” exige complemento com preposição.
 - II. A locução “de gênero” tem função de caracterizar o substantivo antecedente, indicando de qual “equidade”, especificamente, se trata.
 - III. Os termos grifados pertencem à mesma classe de palavras.
 - IV. A expressão “na Justiça Eleitoral” tem função adverbial e indica noção de lugar.
 - V. O trecho “por meio de programa” indica o modo como será fomentada a equidade de gênero na Justiça Eleitoral.
- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas III e V.
(C) Apenas I, II e V.
(D) Apenas II, III e IV.
(E) Apenas III, IV e V.

Conhecimentos Específicos

21

Em relação aos direitos políticos, assinale a alternativa correta nos termos da Constituição Federal e do entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- (A) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Senadores e os Governadores de Estado e do Distrito Federal devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (B) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos três meses anteriores ao pleito, salvo se já for titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (C) Não é possível a prática de ocupação do cargo de Presidente das Casas Legislativas (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) por cônjuge, companheiro ou parente direto ou colateral, até o segundo grau, do Chefe do Poder Executivo do respectivo ente federado.
- (D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (E) O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade, mas, se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

22

Fernando, na qualidade de governador do estado, editou medida provisória para regulamentar a exploração dos serviços locais de gás canalizado, bem como apresentou projeto de lei para regulamentar o uso das águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União. Agora, na qualidade de deputado estadual, ele apresentou dois projetos de lei ordinária para: 1. regulamentar o uso das áreas localizadas nas ilhas costeiras que estiverem no domínio do estado, dos municípios ou de terceiros, excluídas aquelas sob domínio da União; 2. instituir microrregiões, “X” e “Y”, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes localizados no território estadual, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Por fim, Fernando também apresentou proposta de resolução para dispor sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual. Considerando esse caso hipotético, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) é constitucional o projeto de lei que pretende regulamentar o uso das áreas localizadas nas ilhas costeiras que estiverem no domínio do estado, dos municípios ou de terceiros, pois estão expressamente excluídas aquelas sob domínio da União.
- (B) ainda que se trate de bem do estado, entende-se inconstitucional o projeto de lei que pretende regulamentar o uso das águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, pois as decorrentes de obras da União não afetam a territorialidade e a dominialidade do bem.
- (C) é constitucional o projeto de lei que pretende instituir as microrregiões, pois houve delimitação aos agrupamentos de municípios limítrofes localizados no território estadual.
- (D) é constitucional dispor, por meio de resolução, sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual, pois a tramitação de projeto de lei dessa natureza tem início na assembleia legislativa.
- (E) é inconstitucional a edição de medida provisória para regulamentar a exploração dos serviços locais de gás canalizado.

23

Conforme expressamente previsto na Constituição Federal, é correto afirmar que ela poderá ser emendada

- (A) mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, não podendo ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
- (B) mediante proposta do Presidente da República ou de metade, no mínimo, dos Governadores dos Estados e do Distrito federal, não podendo ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- (C) na vigência de intervenção federal, mas não de estado de defesa ou de estado de sítio, cuja proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em uma das Casas, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) mediante proposta da metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, não podendo ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto obrigatório.
- (E) observado que essa emenda será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem. Ressalta-se que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.

24

O Estado de Roraima, após a ocorrência de uma dupla vacância definitiva nos cargos de governador e vice-governador, decorrente de fatores não eleitorais, editou norma estadual que prevê a ocupação dos cargos pelos presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, sem a realização de eleição direta ou indireta. Além disso, a Constituição do Estado prevê que a eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa para o segundo biênio somente pode ser realizada a partir do mês de outubro anterior ao início do biênio, bem como permite reeleições ilimitadas para os cargos de direção do Tribunal de Contas do Estado. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta nos termos da Constituição Federal e entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- (A) A previsão sobre a ocupação dos cargos de governador e vice-governador pelos presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, sem eleição direta ou indireta, é constitucional, pois os estados têm autonomia para legislar sobre o processo de preenchimento dos cargos de chefia do Poder Executivo.
- (B) A previsão no sentido de que a eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa para o segundo biênio somente pode ser realizada a partir do mês de outubro anterior ao início do biênio é inconstitucional, pois viola a regra da legislação e atenta contra entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de não se admitir a eleição antecipada para a mesa diretora.
- (C) A previsão que permite reeleições ilimitadas para os cargos de direção do Tribunal de Contas do Estado é constitucional, pois os estados têm autonomia para legislar sobre a organização de seus órgãos de controle.
- (D) A norma que prevê a ocupação dos cargos de governador e vice-governador pelos presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, sem eleição direta ou indireta, é inconstitucional, pois viola os princípios democrático e republicano, que exigem a realização de eleição direta ou indireta para o preenchimento desses cargos.
- (E) A previsão sobre a ocupação dos cargos de governador e vice-governador pelos presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça é constitucional, pois há autonomia dos estados para legislar sobre o processo de preenchimento dos cargos de chefia do Poder Executivo no caso de dupla vacância decorrente de causas não eleitorais, motivo pelo qual se torna possível a opção pela supressão da realização de eleição direta ou indireta nesses casos.

25

Manoel foi condenado criminalmente por um crime doloso, com sentença transitada em julgado, e teve seus direitos políticos suspensos. Durante o cumprimento da pena, Manoel foi aprovado em um concurso público para o cargo de analista administrativo em um órgão federal. No entanto a administração pública negou sua posse, alegando que ele não preenchia os requisitos de gozo dos direitos políticos e de quitação eleitoral, conforme exigido pela legislação. Em face dessa decisão administrativa, Manoel propôs ação no juízo competente para viabilizar sua posse, cujo pedido, de acordo com a Constituição Federal e entendimento do Supremo Tribunal sobre o tema, deve ser

- (A) acolhido caso seja o único fundamento para sua eliminação no certame, mas o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao término da pena ou à decisão judicial.
- (B) rejeitado, pois a Constituição Federal prevê expressamente que é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- (C) acolhido, independentemente de qualquer condição, caso seja o único fundamento para sua eliminação no certame, pois a decisão administrativa implica violação aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho.
- (D) rejeitado, pois a ressociação do condenado só pode ocorrer após o cumprimento integral da pena, incluindo a suspensão dos direitos políticos.
- (E) rejeitado, pois o Estado não pode ser obrigado a contratar indivíduos que tenham cometido crimes e que estejam com os direitos políticos suspensos, sendo indiferente a aprovação em concurso público.

26

A respeito das competências expressamente definidas pela Constituição Federal, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que compete

- (A) originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar crime político.
- (B) ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar recurso interposto em face de decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais quando versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais.
- (C) ao Presidente da República nomear, para composição de Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal, dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, sendo três indicados pelo Tribunal de Justiça e três indicados pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- (D) ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar o recurso interposto em face de decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais quando anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais.
- (E) à lei complementar dispor sobre a organização e competência dos tribunais, dos juizes de direito e das juntas eleitorais, de modo que a edição de lei complementar deve ser observada para dispor sobre a organização da Justiça Eleitoral quanto à competência em função da matéria (ratione materiae), bem como sobre regras de distribuição por prevenção ou por conexão, de natureza processual.

27

De acordo com a Constituição Federal vigente, é correto afirmar que o Brasil adota

- (A) como regime de governo a federação.
- (B) como forma de governo a república.
- (C) como sistema de governo o democrático.
- (D) como regime de governo o parlamentarismo.
- (E) como forma de estado a república.

28

Sujeito é aquele a quem a lei atribui competência para a prática do ato administrativo. No direito administrativo, não basta a capacidade, é necessário também que o sujeito tenha competência. Quanto ao tema, assinale a alternativa correta sobre ato administrativo.

- (A) A competência não decorre sempre da lei, podendo o próprio órgão estabelecer, por si, as suas atribuições.
- (B) A competência não pode ser objeto de delegação.
- (C) A competência é inderrogável, seja pela vontade da Administração, seja por acordo com terceiros.
- (D) A competência não pode ser objeto de avocação.
- (E) Capacidade civil é sinônimo de competência para fins administrativos.

29

Entidades paraestatais; terceiro setor; serviços sociais autônomos; entidades de apoio; organizações sociais; OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público); todas essas entidades estão inseridas dentro do conteúdo do Direito Administrativo, tornando-se relevante o seu conhecimento e sua diferenciação. Quanto às entidades de apoio, assinale a alternativa correta.

- (A) São pessoas jurídicas de direito público.
- (B) São entidades com fins lucrativos.
- (C) Podem ser constituídas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, desde que tenham capital social superior a R\$ 10.000 (dez mil reais).
- (D) Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.
- (E) São constituídas por servidores públicos de determinada entidade estatal, sem fins lucrativos.

30

Maria protocolou um requerimento administrativo junto a um órgão federal para obter um benefício ao qual acredita ter direito. Após aguardar por um longo período sem resposta, ela decide questionar o andamento do processo e descobre que a Administração ainda não emitiu decisão. Diante dessa situação hipotética e do fato de que já foi concluída a instrução do processo administrativo, com base na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração pode decidir o requerimento de Maria a qualquer tempo, sem prazo máximo para conclusão do processo.
- (B) Caso a Administração não se manifeste dentro do prazo legal, considera-se deferido o pedido de Maria, conforme o princípio da presunção da veracidade.
- (C) O processo administrativo deve ser decidido no prazo máximo de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa.
- (D) Maria deve ingressar imediatamente com uma ação judicial, pois a Administração não tem prazo para responder a processos administrativos.
- (E) O silêncio da Administração configura automaticamente o indeferimento do pedido, permitindo que Maria recorra diretamente ao Poder Judiciário.

31

João é servidor público federal e exerce suas funções regularmente em um órgão da administração direta. Certo dia, ele recebe uma ordem direta de seu superior hierárquico para praticar um ato manifestamente ilegal e que pode causar prejuízo ao erário. Diante dessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/1990, que regula o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, autarquias e fundações públicas, João deve

- (A) cumprir a ordem, pois o princípio da hierarquia administrativa exige obediência irrestrita do servidor às determinações superiores.
- (B) recusar o cumprimento da ordem, comunicando imediatamente a autoridade competente a respeito da ilegalidade.
- (C) cumprir a ordem, desde que receba a determinação por escrito, eximindo-se de responsabilidade caso o ato venha a ser considerado ilegal.
- (D) cumprir a ordem e, posteriormente, denunciar o superior à corregedoria do órgão, resguardando-se de eventuais responsabilidades.
- (E) solicitar um parecer da assessoria jurídica do órgão e aguardar manifestação antes de cumprir ou não a ordem recebida.

32

A prefeitura de um município concedeu, por meio de um ato administrativo, uma licença para construção de um empreendimento imobiliário. No entanto, posteriormente, foi constatado que a licença foi concedida com base em informações falsas prestadas pelo requerente. Nessa situação hipotética, considerando as formas de extinção do ato administrativo, a administração pública deve

- (A) revogar a licença concedida, por conveniência e oportunidade.
- (B) anular a licença, pois há vício de legalidade.
- (C) manter a licença, pois ela já foi concedida e não pode ser retirada sem decisão judicial.
- (D) revogar a licença, mas apenas se houver justa indenização ao particular.
- (E) cassar a licença, pois o beneficiário descumpriu condição essencial para sua manutenção.

33

De acordo com a Lei nº 8.429/1992, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Para os efeitos da referida lei, são considerados agentes públicos

- (A) o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades.
- (B) o agente político e o servidor público que, de forma permanente, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função nas entidades.
- (C) o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, desde que com remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades.
- (D) o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, desde que com remuneração e eleito, função nas entidades.
- (E) o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, de forma permanente, ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades.

34

Carlos, empresário do ramo de tecnologia, deseja firmar um contrato com uma entidade da Administração Pública para fornecer equipamentos de informática. Durante sua pesquisa, ele descobre que a entidade em questão possui personalidade jurídica de direito privado e capital exclusivamente público. Com base nessas informações a respeito desse caso hipotético, é correto afirmar que Carlos está negociando com um(a)

- (A) autarquia.
- (B) fundação pública.
- (C) sociedade de economia mista.
- (D) empresa pública.
- (E) órgão da administração direta.

35

A respeito das diferenças entre federações e coligações partidárias, assinale a alternativa correta.

- (A) As federações partidárias são alianças perenes entre os partidos políticos, e sua formação determina a reunião de seus correligionários em todas as circunscrições que disputam por, no mínimo, quatro anos.
- (B) As coligações são alianças temporárias entre os partidos políticos, e sua formação determina a reunião de seus correligionários em todas as circunscrições durante um pleito eleitoral.
- (C) As coligações são alianças temporárias entre os partidos políticos, e sua formação determina a reunião de seus correligionários em apenas uma circunscrição para as disputas proporcionais e majoritárias.
- (D) As federações partidárias são alianças perenes entre os partidos políticos, e sua formação determina a reunião de seus correligionários em todas as circunscrições que disputam por três anos.
- (E) As federações partidárias são alianças perenes entre os partidos políticos, e sua formação determina a reunião de seus correligionários em todas as circunscrições que disputam por quatro anos, apenas nas disputas proporcionais.

36

Em relação ao disposto na Resolução TSE nº 23.610/2019 e à propaganda eleitoral em meio virtual, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O uso de avatares gerados por meio de inteligência artificial em atos de propaganda eleitoral impõe ao responsável pela propaganda o dever de informar, de modo explícito, destacado e acessível, que o conteúdo foi fabricado ou manipulado e a tecnologia utilizada.
- () A propaganda eleitoral, em ambiente virtual, está isenta da obrigação de mencionar a legenda partidária da candidatura.
- () O impulsionamento de conteúdo, em provedor de aplicação de internet, somente poderá ser utilizado para promover ou beneficiar candidatura, partido político ou federação que o contrate, sendo vedado o uso do impulsionamento para propaganda negativa.
- () Sítios e redes sociais dos candidatos e partidos utilizados para propaganda eleitoral devem ser comunicados à Justiça Eleitoral, sob pena de multa.
- () É vedada a realização de propaganda eleitoral via telemarketing.

- (A) F – V – V – F – V.
- (B) V – V – V – F – V.
- (C) V – F – V – F – V.
- (D) V – F – V – V – V.
- (E) V – F – F – V – F.

37

Determinado candidato, servidor público, afirmando estar preocupado com a baixa participação democrática, contratou, com recursos privados, diversos motoristas de aplicativo para transportar qualquer eleitor de seu bairro até o local de votação mais próximo. Os motoristas foram instruídos a informar, no momento que recolhiam os eleitores, que a corrida não implicava nenhuma coação eleitoral, devendo a pessoa se sentir livre para votar em quem desejasse, tampouco foram recolhidas quaisquer informações dos passageiros ou distribuídos itens de propaganda eleitoral. Ao se deparar com diversas ações propostas por opositores do candidato, é correto afirmar que o ocorrido infringiu as normativas eleitorais e, portanto,

- (A) deve ser qualificado como captação ilícita de sufrágio, conforme previsto no art. 41-A da Lei das Eleições, resultando em cassação do registro ou diploma e processado como representação especial sob o rito do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990.
- (B) deve ser qualificado apenas como crime de transporte gratuito de eleitores, conforme previsto no art. 302 do Código Eleitoral, passível de reclusão de quatro a seis meses e pagamento de 200 a 300 dias-multa.
- (C) deve ser qualificado como conduta vedada ao agente público, conforme previsto no art. 73, § 10º, da Lei das Eleições, resultando em cassação do registro ou diploma, e processado como representação especial sob o rito do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990.
- (D) configura crime de transporte gratuito de eleitores, conforme previsto na Lei nº 6.091/1974, bem como pode caracterizar abuso de poder econômico, a depender da gravidade da conduta, devendo ambas as infrações serem apuradas em processos distintos.
- (E) deve ser qualificado como propaganda eleitoral irregular, em desconformidade com os dispositivos da Lei das Eleições, devendo ser apurado por meio de representação ordinária, sob o rito do art. 96 da Lei nº 9.504/1997.

38

Quanto ao princípio da anualidade eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- (B) O princípio da anualidade não se aplica às resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que podem ser editadas até dia 05 de março do ano da eleição.
- (C) O princípio da anualidade aplica-se para mudanças de entendimento jurisprudencial na Justiça Eleitoral.
- (D) Leis e demais atos normativos aprovados fora do escopo temporal, previsto no art. 16 da Constituição Federal, são considerados inconstitucionais.
- (E) O princípio da anualidade eleitoral é uma garantia constitucional que protege a segurança jurídica.

39

Em relação ao Recurso Contra a Expedição de Diploma (RCED), assinale a alternativa correta.

- (A) No Recurso Contra a Expedição de Diploma, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária, bem como de seu partido.
- (B) A inelegibilidade apta a viabilizar o Recurso Contra Expedição de Diploma é aquela de índole constitucional ou, se infraconstitucional, superveniente ao registro de candidatura, e que surge até a data do pleito.
- (C) A inelegibilidade superveniente apta a viabilizar o Recurso Contra a Expedição de Diploma deverá ocorrer até a data fixada para que os partidos políticos e as coligações apresentem os seus requerimentos de registros de candidatos.
- (D) A inelegibilidade superveniente que atrai restrição à candidatura pode ser apresentada em Recurso Contra a Expedição de Diploma, mesmo se já formulada no âmbito do processo de registro.
- (E) O Recurso Contra a Expedição de Diploma, como ação apta a levar à revogação do diploma, deve tramitar pelo rito do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990.

40

Em uma representação eleitoral ordinária, conforme o rito do art. 96 da Lei das Eleições, movida pelo Ministério Público Eleitoral, caberá ao órgão ministerial o exercício da função de fiscal da lei em qual das circunstâncias descritas a seguir?

- (A) Caberá ao procurador eleitoral a emissão de parecer em primeira instância, após a contestação do representado, e à Procuradoria Regional Eleitoral novo parecer, no momento de recebimento do recurso.
- (B) Caberá ao procurador eleitoral a emissão de parecer em primeira instância, após a contestação do representado, e à Procuradoria Regional Eleitoral novo parecer em sede recursal, após as manifestações de ambas as partes.
- (C) Caberá parecer ministerial apenas em segunda instância, elaborado pela Procuradoria Regional Eleitoral, após regularmente recebido e distribuído o recurso.
- (D) Caberá parecer ministerial apenas em segunda instância, movido por procurador eleitoral, no momento de recebimento do recurso.
- (E) Caberá parecer ministerial apenas em segunda instância, movido pela Procuradoria Regional Eleitoral, no momento de recebimento do recurso.

41

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

Em relação a sua capacidade eleitoral, é possível dividir os militares em três categorias: os conscritos são _____, razão pela qual não podem concorrer a cargo eletivo ou votar; os militares na ativa não podem se filiar a partido político, mas podem ser candidatos. Entre esses, aqueles com menos de dez anos de serviço devem deixar a corporação, ou ser licenciados, _____, enquanto aqueles com dez anos ou mais de atuação serão mandados para reserva se _____.

- (A) impedidos de se candidatar / se eleitos / candidatos
- (B) impedidos de se candidatar / se candidatos / eleitos
- (C) inalistáveis / se eleitos / candidatos
- (D) inalistáveis / se candidatos / eleitos
- (E) impedidos de votar / se candidatos / eleitos

42

Um candidato, nas últimas eleições, recebeu diversas doações de candidatas mulheres de seu partido, que lhe repassaram uma parcela dos valores reservados para candidaturas femininas do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Além disso, ele também recebeu valores de origens não identificadas. Em face dessas irregularidades, o Ministério Público Eleitoral apresentou, quinze dias após a diplomação, uma Ação de Impugnação de Mandato Eletivo por abuso de poder econômico cumulada com uma Representação Especial pautada sobre o art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, requerendo a cassação do diploma e declaração de inelegibilidade desse candidato. Um analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral precisa fazer a análise de cabimento da ação e conclui, em conformidade com os entendimentos jurisprudenciais do Tribunal Superior Eleitoral, que

- (A) a ação proposta não deve ser recebida, visto que é impossível a cumulação de uma Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) e de uma Representação Especial pautada sobre o art. 30-A da Lei nº 9.504/1997.
- (B) a ação proposta deve ser recebida e deverá tramitar em conformidade com o rito da Lei Complementar nº 64/1990.
- (C) a ação proposta deve ser recebida apenas como Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), visto que o prazo para abertura da Representação Especial prevista no art. 30-A da Lei das Eleições é a data final da diplomação.
- (D) a ação proposta não deve ser recebida, pois o Ministério Público não consta no rol de legitimados previstos no art. 30-A da Lei nº 9.504/1997.
- (E) a ação proposta deve ser recebida e deverá tramitar em conformidade com o rito do art. 96 da Lei nº 9.504/1997.

43

Quanto aos bens, na forma das disposições estabelecidas pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, as energias que tenham ou não valor econômico.
- (B) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (C) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- (D) Os materiais provenientes de demolição de prédio são considerados bens imóveis.
- (E) Consideram-se bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, mesmo que para nele se reempregarem futuramente.

44

Na forma disciplinada pelo Código Civil e entendimento doutrinário, assinale a alternativa correta acerca dos negócios jurídicos.

- (A) O ato jurídico, em sentido amplo, é uma espécie do gênero negócio jurídico.
- (B) O negócio jurídico típico por excelência é o contrato. Assim, todo contrato constitui negócio jurídico, sem exceção.
- (C) A análise dos elementos do negócio jurídico não se assemelha à análise dos elementos do contrato, considerando que os vícios do negócio jurídico são diversos dos vícios contratuais.
- (D) No ato jurídico em sentido estrito, há uma manifestação de vontade do agente, todavia os efeitos produzidos são aqueles previstos na lei e na manifestação do agente.
- (E) Na celebração do negócio jurídico, o elemento natural não pode estar relacionado com a forma desse negócio jurídico.

45

Acerca da interpretação jurídica conferida pela doutrina quanto às disposições do Código Civil, especificamente no que se refere às pessoas jurídicas, é correto afirmar que

- (A) é unânime o entendimento doutrinário de que os partidos políticos possuem natureza associativa, na forma disciplinada no Código Civil.
- (B) a doutrina reconhece, atualmente, que os partidos políticos devem ser tratados como corporações *sui generes* ou especiais, e não como mera associação civil.
- (C) a mudança para a natureza não associativa das entidades religiosas é apontada pela doutrina como consequência de uma necessidade de transformação de cunho jurídico.
- (D) o rol de pessoas jurídicas apresentado no Código Civil não admite ampliação, ou seja, possui cunho exaustivo *numerus clausus*.
- (E) é consenso doutrinário que as entidades religiosas não possuem natureza associativa.

46

Em relação à interpretação dos contratos, é correto afirmar que o Código Civil adota a teoria

- (A) da confiança.
- (B) da literalidade.
- (C) da vontade interna.
- (D) do sentido gramatical.
- (E) da intenção subjetiva.

47

Maria reside na cidade X, contudo exerce suas atividades laborativas na cidade Y, onde pode ser eventualmente encontrada. Diante desse contexto, para fins de caracterização do domicílio de Maria, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode-se afirmar que Maria possui domicílio convencional na cidade Y.
- (B) Para qualquer fim, ter-se-á por domicílio de Maria tanto a cidade X como a Y.
- (C) A cidade Y é considerada como domicílio aparente ou ocasional de Maria.
- (D) A cidade X é o domicílio de Maria, e a Y pode ser assim considerada apenas para as relações concernentes ao trabalho.
- (E) Como Maria exerce sua atividade profissional na cidade Y, têm-se que esse local se enquadra como seu domicílio necessário.

48

Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação, sendo que somente à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- () A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- () A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule, ainda que parcialmente, a matéria de que tratava a lei anterior.
- () As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

- (A) F – F – V – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) V – V – V – F.
- (E) V – V – F – V.

49

Determinado partido político contratou a empresa de publicidade Vênus, visando à prestação de serviços de publicidade eleitoral. Vale destacar que os recursos oriundos do fundo partidário são aplicados, entre outras, nas despesas com propaganda doutrinária e política, ou seja, a despesa contraída com a empresa Vênus deve ser custeada com recursos do fundo partidário. Após os serviços prestados, o partido político não realizou o pagamento. Diante desse contexto hipotético, conforme estabelece o Código de Processo Civil e o STJ, é correto afirmar que

- (A) podem ser penhorados os recursos do fundo partidário para quitação do débito, considerando que se trata de despesa que deve ser custeada com recursos do fundo partidário.
- (B) não podem ser penhorados os recursos do fundo partidário, salvo se expressamente acordado pelo partido político, através de renúncia à impenhorabilidade, e destinado ao pagamento de despesas que devem ser custeadas com os recursos do fundo partidário.
- (C) por se tratar de recursos destinados à manutenção dos partidos políticos, a impenhorabilidade do fundo partidário não pode ser renunciada, mesmo que para pagamento de despesas específicas do fundo partidário.
- (D) pode haver a penhora do fundo partidário se o partido político renunciou expressamente à impenhorabilidade, independentemente da natureza da despesa.
- (E) devido à ausência de previsão expressa de impenhorabilidade no rol de bens impenhoráveis do CPC, é correta a penhora do fundo partidário para pagamento de despesas de qualquer natureza.

50

Quanto à produção da prova testemunhal, assinale a alternativa que apresenta corretamente o rol de sujeitos que devem ser inquiridos em sua residência ou onde exercem suas funções, conforme dispõe o CPC.

- (A) Presidente e Vice-Presidente da República, Prefeito, Militares e Vereadores.
- (B) Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador do Estado, Procurador-Geral do Município e Ministros de Estados.
- (C) Presidente e Vice-Presidente da República, Procurador-Geral do Município, Governador e Vice-Governador do Estado.
- (D) Presidente e Vice-Presidente da República, Procurador-Geral do Município, Governador do Estado e Prefeito.
- (E) Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estados, Juízes e Promotores de Justiça.

51

No que concerne à penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, na forma das disposições do CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) A instituição financeira será responsável pelos prejuízos causados ao executado em decorrência da indisponibilidade de ativos financeiros em valor superior ao indicado na execução ou pelo juiz, bem como na hipótese de não cancelamento da indisponibilidade no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quando assim determinar o juiz.
- (B) Rejeitada ou não apresentada a manifestação do executado, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, sendo necessária a lavratura do respectivo termo.
- (C) Realizada a indisponibilidade de ativos financeiros, incumbe ao executado, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis, ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.
- (D) Tornados indisponíveis ativos financeiros do executado, este deverá ser intimado pessoalmente, ocasião em que poderá alegar que a indisponibilidade é indevida.
- (E) Na execução contra partido político, a determinação da indisponibilidade de ativos financeiros se dará apenas em nome do órgão partidário que tenha contraído a dívida executada ou que tenha dado causa à violação de direito ou ao dano, ao qual cabe exclusivamente a responsabilidade pelos atos praticados, na forma da lei.

52

Quanto às disposições finais e transitórias do CPC, especificamente as relacionadas a alterações acerca dos embargos de declaração aplicáveis ao Código Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) Os embargos de declaração serão opostos no prazo de três dias, contados da data de publicação da decisão embargada.
- (B) As alterações realizadas pelo CPC, quanto aos embargos de declaração no Código Eleitoral, ensejaram a necessidade de preparo para oposição dessa espécie recursal.
- (C) Quando opostos embargos de declaração nos tribunais, o relator os apresentará em mesa na sessão subsequente, ocasião em que deverá apresentar o voto, decidindo necessariamente os embargos na mesma sessão.
- (D) Se houver reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada ao limite de até 15 (quinze) salários-mínimos.
- (E) A multa aplicada em razão da oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios está limitada ao valor máximo de 5 (cinco) salários-mínimos.

53

A respeito da mediação, nos termos da Lei nº 13.140/2015, assinale a alternativa correta.

- (A) A mediação se caracteriza como forma de heterocomposição, isso porque há a presença do mediador auxiliando as partes na busca da solução do conflito.
- (B) A mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância, ainda que não seja consenso das partes.
- (C) A existência de processo arbitral impede a realização da mediação, salvo se precedida de suspensão do processo arbitral e de autorização judicial.
- (D) Iniciada a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.
- (E) Não há possibilidade de adoção da mediação para os conflitos que envolvam direitos indisponíveis de qualquer espécie.

54

Assinale a alternativa correta acerca do fato superveniente, conforme o disposto no Código de Processo Civil (CPC) e doutrina majoritária.

- (A) Quando o fato superveniente for constatado de ofício, o juiz pode considerá-lo independentemente de prévia intimação das partes.
- (B) Diante dos princípios da imutabilidade da ação e da eventualidade, o conhecimento do fato superveniente se limita ao momento anterior à sentença de primeiro grau.
- (C) Proferida a sentença de mérito no primeiro grau de jurisdição, considerando que houve a análise do mérito das questões controvertidas, impede-se a alegação de fatos supervenientes.
- (D) Mesmo que ausente a concordância das partes, o fato superveniente, devidamente alegado e comprovado, pode ensejar a alteração da causa de pedir.
- (E) O conhecimento dos fatos supervenientes pode ocorrer em sede de contrarrazões recursais.

55

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à aplicação da lei penal, conforme previsto no Código Penal (CP) brasileiro.

- (A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (B) De acordo com o princípio da representação (ou da bandeira), deve ser aplicada a lei brasileira aos crimes cometidos em aeronaves ou embarcações brasileiras e estrangeiras, quando estiverem em território estrangeiro e aí não forem julgados.
- (C) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço.
- (D) O dia do começo inclui-se no cômputo dos prazos. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- (E) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

56

Quanto aos crimes contra a Administração Pública, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () No Direito Penal, existe um conceito extensivo de “Administração Pública”, abrangente de toda a atividade funcional do Estado e dos demais entes públicos.
- () É possível afirmar que os crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração Pública representam uma forma qualificada de desvio de poder, pois o sujeito se aproveita de sua condição funcional para satisfazer indevidamente uma pretensão própria ou de terceiros, afetando interesses da coletividade.
- () A jurisprudência possui entendimento consolidado de que o advogado dativo, não integrante dos quadros da Defensoria Pública, não tem sido compreendido como funcionário público para fins penais, especialmente porque deve responder aos tipos penais específicos dos crimes contra a administração da justiça.
- () No peculato-furto, também denominado peculato próprio, a qualidade de funcionário público não se comunica a todos os agentes que, de qualquer modo, concorreram para a subtração da coisa móvel.

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – V – V.
- (E) F – V – V – F.

57

Quanto à Ação Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas ações penais públicas condicionadas, o direito de representação poderá ser exercido no prazo de seis meses, contados a partir do dia do cometimento da infração. Decorrido esse prazo, com a omissão de quem tinha a prerrogativa de oferecer a representação, verificar-se-á a extinção da punibilidade pela decadência.
- (B) Nos termos do que dispõe o Código de Processo Penal (CPP) brasileiro, é possível a retratação da representação após o oferecimento da denúncia, mas não após seu recebimento.
- (C) Nas ações penais privadas, a queixa-crime poderá ser oferecida contra apenas um dos envolvidos na infração, caso em que o Ministério Público poderá aditar e incluir os demais.
- (D) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crimes contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- (E) Havendo requisição do Ministro da Justiça, o Ministério Público estará obrigado a oferecer denúncia, em obediência ao princípio da autoritariedade.

58

A Lei nº 13.869/2019 dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade. O referido instituto prevê como efeitos da condenação:

- I. tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;
- II. a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;
- III. a suspensão do cargo, do mandato ou da função pública;
- IV. a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Estão corretos:

- (A) apenas I, II e III.
- (B) apenas II e IV.
- (C) apenas I e IV.
- (D) apenas II e III.
- (E) apenas I, II e IV.

59

Um servidor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de determinado estado, tendo sido designado formalmente para desempenhar funções relacionadas a compras e licitações junto ao departamento de patrimônio, de forma voluntária e consciente, admitiu, para determinada licitação, empresa declarada inidônea. Considerando esse caso hipotético e de acordo com a Lei nº 14.133/2019 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que esse servidor

- (A) praticou o crime de fraude em licitação ou contrato.
- (B) deverá responder pelo cometimento do crime de contratação direta ilegal.
- (C) poderá ser condenado pelo delito previsto no tipo de contratação inidônea, na modalidade simples.
- (D) responderá por omissão grave de dado ou de informação.
- (E) deverá receber a mesma pena atribuída a quem celebra contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.

60

Assinale a alternativa correta de acordo com o princípio da insignificância no Direito Penal.

- (A) O princípio da insignificância é causa de exclusão da ilicitude.
- (B) A aplicação do princípio da insignificância ao caso concreto depende de análise de alguns requisitos objetivos, independentemente daqueles subjetivos vinculados ao agente e à vítima.
- (C) Há maior incidência do princípio da insignificância nos crimes patrimoniais, inclusive naqueles praticados com violência e grave ameaça.
- (D) Para a aplicação do princípio da insignificância, devem ser observados critérios como a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.
- (E) Seguindo orientação de súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a jurisprudência é unânime quanto à inaplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes cometidos contra a Administração Pública.

Instruções

A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes em Edital:

1. Conhecimento técnico sobre a matéria.
2. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O(A) candidato(a) disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas, e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da Prova Discursiva. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.

Na Prova Discursiva, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos e máximos de linhas previstos, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.

A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo(a) próprio(a) candidato(a), em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato(a) a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

A Versão Definitiva da Prova Discursiva não deve ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do(a) candidato(a).

O(A) candidato(a) não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva para sua realização.

A Folha de Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. A folha para rascunho, no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.

O(A) candidato(a) terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado(a) do concurso público se:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar o texto redigido na Folha de Versão Definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolver o texto com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

Discursiva

A Lei Federal nº 14.208/2021 estabeleceu novas regras para as federações partidárias, modificando a legislação eleitoral sobre o tema, sendo que as federações surgem como uma alternativa para fortalecer a unidade entre partidos com ideologias similares.

Com base no que dispõe a Lei Federal nº 14.208/2021 e em seu conhecimento sobre coligação e federação partidária:

- a) explique o conceito de federação partidária;
- b) cite as regras de criação das federações partidárias;
- c) explique o que é coligação e a diferença entre coligação e federação partidária;
- d) cite quais documentos devem acompanhar o pedido de registro de federação de partidos encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

